

## “Rolezeiras”: uma análise discursiva da dimensão público-política do corpo da mulher no cenário das festas universitárias

### RESUMO

**Julia Martins De Geus**

E-mail:

[julia\\_degeus@hotmail.com](mailto:julia_degeus@hotmail.com)

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná, Brasil

**Katia Aleksandra dos Santos**

E-mail: [kalexsandra@unicentro.br](mailto:kalexsandra@unicentro.br)

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná, Brasil

**Fernanda Ribeiro Feola**

E-mail: [piegafeola@gmail.com](mailto:piegafeola@gmail.com)

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná, Brasil

**Paula Marques da Silva**

E-mail: [pmspsicologia@gmail.com](mailto:pmspsicologia@gmail.com)

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná, Brasil

Apesar de recentemente as universidades estarem sendo significadas como lugar de "baderna", outro sentido possível é o de um lugar crítico e seguro. Todavia, há denúncias de diversas violências ocorridas nesse ambiente. A partir dessa premissa foi desenvolvido o projeto de extensão: "Combate à violência e Redução de Danos: autonomia e dimensão pública-política do corpo da mulher no cenário acadêmico", que promoveu intervenções em festas universitárias. Por meio de observação participante e diário de campo, as intervenções foram tomadas como objeto de análise, a fim de se compreender os efeitos produzidos. Objetivou-se analisar a discursivização do corpo da mulher nessas festas (PÊCHEUX, 2008, 2009, 2014). As análises partem das noções de corpo público e político (BUTLER, 2017; BEAUVOIR, 1960) e trazem como resultado o efeito da presença do corpo feminino nas festas: corpo marcado pela possibilidade da violência, mas também da resistência, subvertendo a lógica imposta pelo patriarcado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Corpo público. Corpo político. Festas universitárias. Análise do discurso.

## INTRODUÇÃO

O espaço universitário se constitui duplamente como um ambiente crítico e pedagógico (ALMEIDA, 2017, p. 397). O diagrama de práticas (pesquisa-ensino-extensão) que configuram as universidades brasileiras estão ancoradas na Constituição Federal (1988), na Convenção dos Direitos Humanos (1948) e demais tratados e convenções dos quais o Brasil é signatário. Dentre eles, pode-se destacar a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, assinada em 1994 e promulgada em 1996. Esse conjunto de pressupostos jurídicos-legais, no entanto, ainda se mostra pouco efetivo diante de um país em que o enfrentamento à violência contra mulher segue em construção e em constante disputa (MAITO et al, 2019) com práticas que pregam sua manutenção. O campo do chamado ensino superior não só sofre efeitos como vem produzindo um cotidiano marcado pela violência.

Uma pesquisa do Instituto Avon e Data Popular (2015) trouxe à tona a necessidade de pautar na arena pública as formas de violência, bem como o sexismo institucional no âmbito das universidades brasileiras. Na referida pesquisa, 67% das mulheres relatou ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem. Em relação aos homens, 38% admitiu ter cometido algum tipo de violência. Entretanto, antes de terem sido nomeadas e explicitadas as violências, apenas 10% das mulheres relatou ter sofrido violência, e somente 2% dos homens admitiu ter cometido algum ato de violência.

Tendo isso em vista, é necessário reconhecer as violências ocorridas no meio acadêmico, a fim de pensar maneiras de enfrentá-las. Nesse sentido, a responsabilização das universidades é de extrema importância:

A universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada precisa se integrar às ações da sociedade civil organizada e do Estado, trazendo todo seu potencial de reflexão e crítica [...], discutindo intramuros sobre a violência que também se faz presente na universidade (PORTO, 2017, p. 402).

Na Universidade Estadual do Centro-Oeste, campus Irati, Paraná, um projeto de extensão foi proposto com o intuito de discutir intramuros a questão da violência. Nomeado “Combate à violência e Redução de Danos: autonomia e dimensão público-política do corpo da mulher no cenário acadêmico”, teve como objetivo trabalhar a questão da violência contra a mulher sobretudo no cenário das festas acadêmicas, visto que as festas são os lugares com os maiores riscos de estudantes sofrerem violência sexual (ALMEIDA, 2017).

Tratou-se de um projeto que teve como público-alvo basicamente mulheres estudantes de graduação e as ações se sustentaram na articulação das perspectivas dos Direitos Humanos, da Redução de Danos e dos estudos de gênero. O projeto se organizou a partir de 5 eixos estruturantes: 1. Capacitação da equipe executora; 2. Ações de divulgação do projeto na universidade, bem como junto aos organizadores de festas universitárias; 3. Intervenções em cenários de festa visando ações de educação informativa sobre os modos de se relacionar com o uso de álcool e outras drogas em contextos festivos da universidade; 4. Realização de grupos de discussão visando à sensibilização das estudantes que frequentam as festas para a criação de estratégias de prevenção e promoção de práticas de cuidado coletivas; 5. Divulgação e compartilhamento das ações junto a outras IES

(Instituições de Ensino Superior) e movimentos estudantis. A equipe executora foi constituída por duas professoras e acadêmicas do curso de psicologia.

O objetivo foi a sensibilização e o comprometimento ético-político dos/das várias/as atores/atrizes que participam da comunidade acadêmica, em relação à temática da violência contra mulher no universo das festas universitárias. Além disso, buscou-se refletir sobre a questão dos direitos e da autonomia do corpo da mulher na universidade, bem como na criação de estratégias coletivas de prevenção em relação à violência cotidiana nas festividades.

No que se refere a esta pesquisa, o objeto de análise foi a caracterização/discursivização do corpo da mulher no cenário das festas universitárias, a fim de compreender os efeitos produzidos a partir das intervenções, por meio das noções de corpo público e político (BUTLER, 2015, 2018; BEAUVOIR, 1960). Partiu-se da perspectiva teórica-metodológica da Análise de discurso francesa (doravante AD) (PÊCHEUX, 2008, 2009, 2014), tendo como *corpus* de análise materialidades discursivas obtidas por meio de observação da intervenção.

### CORPO PÚBLICO E POLÍTICO

Temos acompanhado ao longo do tempo transformações em diversos campos – econômicos, sociais, educativos, políticos – que possibilitaram mudanças na relação das mulheres com o espaço público, mudanças essas atreladas às lutas ligadas ao movimento feminista (BLAY; AVELAR, 2017). Em relação à escolaridade, por exemplo, a transformação da escola pública e particular em mista e a reivindicação de trabalho e acesso ao ensino superior, a partir de 1960, possibilitaram a aproximação das meninas e mulheres à educação (AREND, 2018). Em relação ao campo do trabalho, a partir de 1917, houve as primeiras medidas regulamentadas do trabalho feminino.

Cabe lembrar, entretanto, que, no contexto pós Primeira Guerra Mundial (1918), ganharam força discursos jurídicos, religiosos, morais e higienistas que afirmavam que as mulheres deveriam se dedicar exclusivamente às tarefas do lar e da maternidade. Esse histórico foi constituindo um campo de dificuldades ao acesso das mulheres aos espaços públicos, com base em uma estrutura patriarcal, ou seja, um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, que atravessa a sociedade como um todo (SAFIOTTI, 2004).

Essa estrutura, o patriarcado, é o que procura manter as mulheres no domínio do espaço privado (BEAUVOIR, 1960). Simone de Beauvoir propõe uma epistemologia feminista entendida como pertencente à segunda onda do feminismo. A autora articula a noção de patriarcado ao pensar a mulher como “o outro” do homem. Essa noção parte do entendimento desse outro como um objeto, o que numa sociedade patriarcal pode ser compreendido a partir da ideia de propriedade, a qual é tomada como herança – como se pode pensar em relação ao casamento, união a partir da qual se intenciona a reprodução, tanto da espécie como do nome da família. Assim, a mulher é o outro do homem e, por isso, seu corpo se faz objeto, contudo, é um objeto que se coloca de forma ambígua, uma vez que está relacionado ao ambiente privado, mas se caracteriza como corpo público justamente pelo caráter de propriedade e ao se colocar em ato no espaço público.

Essas noções nos dão elementos para pensar a dicotomia público-privado que conforma o corpo da mulher na sociedade. A partir da leitura que faz, então, Beauvoir e a segunda onda do feminismo, do papel da mulher, é possível trazer outras autoras para discutir a respeito dos lugares que as mulheres ocupam e as possibilidades em relação ao espaço público, passando-se a essa ocupação enquanto ato político.

Judith Butler, em “Problemas de Gênero” (2015), apropriando-se da noção de performatividade na língua, toma-a para pensar os atos que produzem corporeidades que se colocam além da dicotomia masculino/feminino, discutindo, desse modo, os diferentes modos/atuções que perpassam as relações de gênero. Em texto mais recente (2018), a autora introduz, ainda, o conceito de assembleia, entendido como ações corporificadas de diversos tipos que não são, estritamente falando, nem discursivas, nem pré-discursivas, mas “já tem significado antes e apesar de qualquer reivindicação particular que façam” (BUTLER, 2018, p. 14). A reunião, que caracteriza a assembleia, “significa para além do que é dito, e esse modo de significação é uma representação corpórea concertada, uma forma plural de performatividade” (BUTLER, 2018, p.14).

O conceito de assembleia (BUTLER, 2018), somado à ideia dos rolês, derivada de um movimento que se popularizou no Brasil a partir de 2013 – os rolezinhos – funcionou como dispositivo de intervenção. Para realização das intervenções nos cenários das festas, a equipe do projeto criou uma cartilha educativa com algumas personagens – as Super Rolezeiras. O nome foi inspirado em um movimento, no qual grupos de jovens das periferias urbanas se reuniam em grande número para passear nos shopping centers de suas cidades, o que se nomeou “rolezinhos”, tendo seu estopim por volta de 2013 e 2014 (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2014, s.p.).

Dessa forma, os “rolezinhos” surgiram como corpo-político, para ocupar a cidade e o direito de existir no público com dignidade. Nesse sentido, as Super Rolezeiras são, então, mulheres que ocupam os “rolês”, nome este que é também usado para designar festividades do universo acadêmico, e partem do pressuposto do direito de existir com dignidade nesses espaços. Assim, na cartilha utilizada no projeto de extensão, as Rolezeiras dão “dicas” de como aproveitar os espaços festivos, levando em conta os índices de violência contra mulher no cenário acadêmico.

A partir da ideia dos rolês e das considerações destacadas das obras de Simone de Beauvoir (1960) e Butler (1990, 2018), é possível articular a dimensão público-política do corpo da mulher. Com Butler (2018), sobretudo, podemos dizer que não há um corpo mulher restrito ao privado, mas sim um corpo que é ação, que age e se efetua como uma arena pública e política. Essa perspectiva é fundamental para que se possa compreender de que forma as mulheres são reconhecidas e se reconhecem nas festas universitárias. Tendo apresentado o dispositivo teórico que subsidiou as ações do projeto, passamos à discussão metodológica do recorte que trazemos nesta pesquisa.

## METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa organizou-se a partir da participação e descrição de intervenções no cenário das festas universitárias, realizadas no referido projeto de extensão. As intervenções nas festas visavam ações de educação informativa sobre os possíveis modos de se relacionar com o próprio corpo, o uso de álcool e outras substâncias em contextos festivos da universidade. Eram apresentadas informações sobre práticas de autocuidado e cuidado coletivo, com ênfase no combate às mais variadas formas de como o assédio e a cultura do estupro se inscrevem nas ações cotidianas das festas.

Na observação e registros das intervenções, a pesquisadora descreveu o cenário das festas, tomando como base uma perspectiva discursiva e um recorte teórico que dialoga com as questões de gênero, sobretudo no que diz respeito ao corpo da mulher. Os dados foram coletados, portanto, a partir das técnicas de observação e registro em diário de campo, além da coleta de materiais impressos e disponíveis em plataformas online (materiais de divulgação das festas). Assim, foram realizadas observações durante três intervenções do projeto de extensão: uma festa promovida pelo Centro Acadêmico de Psicologia Nise da Silveira, outra promovida pelo Centro Acadêmico de História e a última promovida pela Atlética III de Maio – Macabra (atlética dos cursos da área da saúde da UNICENTRO – *campus Irati*).

O aparato analítico parte da noção de discurso de Michel Pêcheux (2008, 2009, 2014), que toma esse conceito como tudo o que produz sentidos a partir de diferentes materialidades, não somente produções orais e escritas. O discurso é compreendido na relação com sua exterioridade, desse modo, realizar uma análise discursiva passa pela observação de elementos de ordem linguística, mas também em relação a suas condições de produção, ou seja, aspectos contextuais, históricos e ideológicos. Compreende-se que toda produção discursiva produz-se pela relação com outros dizeres, de modo que as chamadas condições de produção dizem respeito aos elementos contextuais imediatos, às imagens dos interlocutores e do conteúdo daquilo que se pretende dizer, mas também remetem-se aos elementos contextuais mais abrangentes, ou seja, a história e a ideologia (PÊCHEUX, 1969/2014). As formações ideológicas materializam-se por meio de formações discursivas (FD). Este último conceito se refere a agrupamentos discursivos que se colocam numa relação paradoxal com seu exterior: “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais” (PÊCHEUX, 1983/2014, p. 310).

Essas condições de produção relacionam-se, ainda, com aquilo que Pêcheux chamou de interdiscurso, conceito que é introduzido para “designar ‘o exterior específico’ de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para construí-la em lugar de evidência discursiva” (PÊCHEUX, 1983/2014, p. 310). Um dos elementos que compõem o interdiscurso é o que o autor designa como “pré-construído”, que diz respeito ao “‘sempre – já – aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 1975/2009, p. 151). É desse modo que todo dizer relaciona-se com outros dizeres, permitindo a produção de sentidos.

A partir desse aparato conceitual, a AD procura realizar análises tendo em vista a noção de efeitos de sentido, ou seja, considerando que “todo enunciado é

intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1983/2008, p. 53). Assim, toda análise produz uma interpretação acerca dos sentidos possíveis de uma produção discursiva.

Dessa perspectiva teórico-metodológica, foram analisadas as seguintes materialidades discursivas: organização arquitetônica dos locais das festas, aspectos financeiros (valor de entrada, diferenciação por gênero, preço de produtos à venda, entre outros); receptividade em relação ao material informativo organizado pela equipe do projeto de extensão (cartilha e carimbo "não é não"), por meio de observação da intervenção. Também foram considerados como elementos de análise materiais que compuseram esse cenário, tais como: cartazes de divulgação físicos, textos utilizados para divulgação dos eventos nos ambientes online, imagens, etc.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de possibilitar a análise discursiva do corpo da mulher no cenário das festas universitárias, optamos por descrever, inicialmente, as três festas observadas. A descrição será realizada de modo geral, e não de cada festa, uma vez que compreendemos que o que está em análise é o cenário festa e o lugar que o corpo da mulher ocupa nesse cenário e não necessariamente a descrição empírica de cada um dos ambientes analisados. É o efeito de sentido, portanto, desse corpo-discurso da mulher no cenário festa que tomamos como objeto.

As três festas observadas foram realizadas por organizações de acadêmicos (dois Centros Acadêmicos e uma Atlética) de cursos que têm, nessa instituição de ensino, tradição em discussões de gênero, com grupos de pesquisa e disciplinas específicas em seus currículos. Tendo em vista essa informação, é possível pensar que partem de uma discussão sobre a condição da mulher, pensando o lugar da violência contra a mulher no discurso universitário. Isso nos permite uma análise do termo “festas universitárias”, que produz diversos efeitos de sentido, uma vez que, como já pontuou Pêcheux (2008), os sentidos sempre podem se tornar outros. A adjetivação “universitárias” agrega ao substantivo “festas” sentidos em torno de liberdade. Contudo, liberdade pode ser entendida como “liberação”, algo positivo, ou ainda “baderna” “desordem”, como tem sido propagado recentemente nas diversas mídias. Essa expressão foi reunindo outros sentidos a partir da disseminação de um modelo de festa geralmente no formato “open bar”, que começa ou se dá em parte durante o dia, ocorre em chácaras, estacionamentos (locais geralmente abertos), e é frequentada por jovens, não exclusivamente universitários/as. O caráter de liberdade, associado ao consumo de álcool e à performance dos corpos nesses ambientes se materializa nos nomes dados às festas: “Torando Pau”, “Álcoolterapia”, “Terapinga”, “Vai dar PT”, “Paracetaloca”, entre outros.

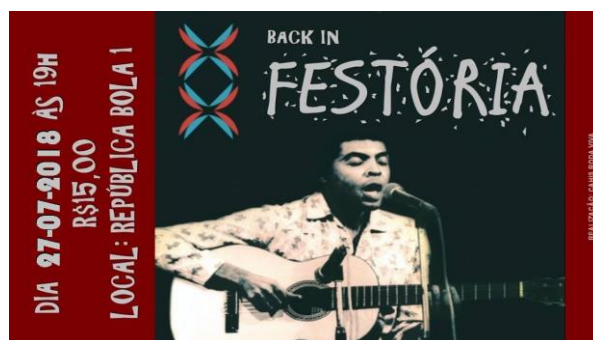
Os eventos analisados foram divulgados predominantemente pelas redes sociais, por meio das imagens a seguir:

Figura 1 - Divulgação da festa da Atlética



Fonte: divulgação no Facebook

Figura 2 - Divulgação da festa do Centro Acadêmico de história



Fonte: divulgação no Facebook

Figura 3 - Divulgação da festa do Centro Acadêmico de psicologia



Fonte: divulgação no Facebook

Pelas imagens escolhidas, é possível perceber o deslizamento que ocorre nos sentidos atribuídos às festas universitárias: na divulgação da festa organizada pela Atlética (figura 1), apresentam-se elementos discursivos (divulgação em primeiro plano das bebidas e atrações da festa, símbolo da Atlética) ligados ao sentido que foi sendo atribuído a festas universitárias como ambientes em que há grande consumo de bebidas, músicas variadas e participação de pessoas não necessariamente vinculadas ao ambiente universitário. Contudo, há a logomarca do projeto *Redução de Danos* no cartaz de divulgação, o que sinaliza (ou pelo menos objetiva marcar) certa preocupação com a questão da violência contra a mulher. Nos materiais de divulgação das festas organizadas pelos centros acadêmicos (figuras 2 e 3), as imagens ligam-se discursivamente a conteúdos

relacionados aos cursos que estavam na organização dos eventos, relacionando-se mais aos sentidos em torno da adjetivação “universitária” em sua primeira acepção: algo que deriva da universidade: imagem de Freud e Nise da Silveira (figura 3) e de Gilberto Gil (figura 2), remontando ao período dos festivais de música ocorridos durante a Ditadura Civil Militar, no Brasil.

Ainda que tenham muitas diferenças entre si, as festas foram organizadas no formato “open bar”, em que se paga o valor do ingresso e o consumo de bebidas já é incluso. Não havia, portanto, distinção de preço no valor do ingresso para homens e mulheres. No que se refere às bebidas, estavam incluídas na maioria das vezes apenas bebidas alcoólicas. Em duas das festas analisadas, houve o oferecimento de água pelo Projeto “Redução de Danos no Rolê” e, na festa do Centro Acadêmico de História, houve disponibilização de refrigerante pelos organizadores (DIÁRIO DE CAMPO, 28/07/18).

Em relação às músicas, nas festas dos centros acadêmicos tocaram gêneros como mpb, rock, reggae e samba, assim como o funk, ao final das duas festas (DIÁRIO DE CAMPO, 17/06; 28/07/18). Na festa da atlética, o funk tocou durante toda festa, junto aos gêneros sertanejo e pagode (DIÁRIO DE CAMPO, 19/08/18). Cabe destacar que o funk, gênero que tocou com certa predominância nas festas, é um estilo musical que traz em suas letras elementos relacionados ao corpo e à sexualidade da mulher, além disso evoca uma dinâmica corporal no modo de dançar, prioritariamente relacionada às mulheres, como podemos perceber no seguinte fragmento de música: “eu parado no bailão e ela com o popozão, com o popozão no chão”<sup>1</sup>. O fragmento materializa exatamente a norma no que se refere a performances de uma certa masculinidade e uma certa feminilidade no contexto das festas: enquanto o homem fica parado, observando, a mulher dança, exhibe seu corpo. Importa destacar que o modo como é lido o elemento discursivo dança, nesse formato de sensualização, depende de quem o interpreta: pode ser visto como um oferecimento ao consumo ou ainda como um exercício da liberdade em relação aos seus próprios corpos. Cabe ainda mencionar que esse tipo de performance é predominantemente desempenhado por mulheres, como destaca-se no fragmento da música utilizada como exemplo, e quando se dá por homens, geralmente são pertencentes à comunidade LGBT. Embora homens possam, obviamente, dançar e performar sensualidade, o que se percebe nesses ambientes festivos é de que homens heterossexuais geralmente não se autorizam a fazê-lo, ainda há um regime normativo que regula esses corpos no quesito dança, com base em um pré-construído em torno das relações de gênero e uma pedagogia dos corpos.

A equipe permaneceu por cerca de quatro horas em cada festa, mas elas duraram mais tempo. As três festas iniciaram à tarde e terminaram à noite. Cabia a cada interventora escolher sobre a permanência na festa, mesmo após o encerramento das atividades do projeto. Cerca de meia hora antes do início da festa, a equipe do projeto chegava ao local para conversar com os organizadores e apresentar tanto a equipe quanto os objetivos do projeto aos proprietários do local onde o evento seria realizado. A equipe permanecia na festa vestindo uma camiseta com a logomarca e o nome do projeto, com o intuito de reconhecimento de sua função naquele momento, uma vez que é formada por mulheres que também são frequentadoras das festas. Circulavam pela festa, conversando com as/os participantes e com as/os que paravam para observar o varal que expunha a cartilha com informações. Cabe ressaltar que as orientações que integraram esses



materiais se baseiam na política de redução de danos (BRASIL, 2005) em articulação com os Direitos Humanos. A reflexão se pauta na possibilidade de pensarmos o consumo de álcool e outras drogas para além das regras normativas e moralizantes que pregam que mulheres “não devem participar de festas”, “não devem beber, ou consumir drogas porque são mulheres”, que “bebida é coisa de homem”, ou mesmo que para se divertir em uma festa necessariamente precisa-se beber. Nas conversas em frente ao varal, bem como na distribuição dos demais materiais, a pauta que se colocava com mais urgência envolvia a criação por condições de escolha que não fossem demarcadas pela violência. Tratou-se menos de definir um certo ou um errado e mais de construir, admitindo que precisamos umas das outras, exercícios éticos e recíprocos de liberdade que reivindiquem o direito de viver uma vida vivível, que reivindiquem a legitimidade de nossos corpos e de que as nossas vidas não sejam descartáveis (BUTLER, 2018).

No decorrer da festa, as interventoras também abordavam as/os participantes perguntando se gostariam de inscrever no corpo, mediante um carimbo, a expressão “não é não”. Em geral, tanto interventoras, quanto as/os participantes optaram por carimbar a frase em um dos braços, punhos ou pulsos. Em alguns casos, as/os participantes optaram por utilizar o carimbo no pescoço, outras(os) solicitaram que o carimbo fosse realizado em ambos os braços, nas mãos e, em menor número, no rosto, mais precisamente na região da testa, ou nas bochechas (DIÁRIO DE CAMPO, 17/06/2018). O uso da expressão “não é não” presentifica memória de mobilizações contra o assédio em espaços públicos, inscrevendo-se por meio de uma FD feminista que traz como pauta o direito ao próprio corpo. A negativa dupla - “Não é não!”-, carimbada no corpo, materializa a necessidade de dizer para além da voz, mas por meio da inscrição no próprio objeto do abuso, ou seja, o corpo da mulher. O dispositivo do carimbo funcionou de maneira coerente em relação ao ritual festivo, já que aciona memória da campanha “Não é não” que fez uso de adesivos e pinturas no corpo de mulheres desde o carnaval de 2017<sup>2</sup>.

Em relação às/aos participantes das três festas, houve diferenças. A festa do centro acadêmico de psicologia foi realizada em um sábado, o que acarretou que grande parte das pessoas chegassem todas juntas, por usarem transporte público, bem como fossem embora juntas (DIÁRIO DE CAMPO, 17/06/18). A festa do centro acadêmico de história foi realizada em uma sexta à noite, em horário de aula das/dos estudantes de história e, por isso, as/os participantes também chegaram, em sua maioria, juntas(os) (DIÁRIO DE CAMPO, 28/07/18). A festa da Atlética foi realizada também no sábado, mas numa região do centro da cidade e, por esse motivo, as pessoas chegaram em horários diferentes (DIÁRIO DE CAMPO, 19/08/18). Nas três festas, contudo, as/os participantes chegavam organizados em grupo, sobretudo as mulheres, que algumas vezes chegavam em grupos grandes, de até 10 pessoas, às vezes menores, de 5 pessoas, e às vezes chegavam em duplas e trios. Isso sinaliza que mulheres têm mais dificuldade de se locomover pelo espaço da cidade sozinhas, de modo que acabam desenvolvendo estratégias de proteção.

As mulheres, em sua maioria, se vestiam de forma parecida, de vestido, saia ou shorts, com blusas *cropped* (blusas “cortadas”, curtas) ou tops, e botas e sapatos com saltos, além de acessórios (brincos, anéis, pulseiras). A festa do Centro Acadêmico de Psicologia era de temática de festa junina e, por isso, as participantes usavam roupas características, mas também usavam vestidos, saias

e shorts. Em todas as festas, grande parte das mulheres usava maquiagem, com olhos delineados e às vezes sombreados, cílios postiços e batom. Algumas vestiam calças, camisetas e camisas de manga longa, tênis e botas sem salto. Algumas mulheres não usavam nenhum tipo de maquiagem e nenhum acessório (DIÁRIO DE CAMPO, 19/08; 28/07/18). Na festa de temática junina, havia mulheres de calça jeans, camisa xadrez, suspensório e chapéu, traje tipicamente masculino nas celebrações juninas (DIÁRIO DE CAMPO, 17/06/18).

Em relação à cena da dança, as mulheres dançavam em pares. Na festa da Atlética, dançavam com homens quando tocava música sertaneja (DIÁRIO DE CAMPO, 19/08/18). Na festa do Centro Acadêmico de História, dançaram mais quando tocou funk, ao final da festa (DIÁRIO DE CAMPO, 28/07/18). Na festa do Centro Acadêmico de Psicologia, as participantes dançaram diversos gêneros de música, assim como as músicas de temática junina, dançadas em pares. Os pares nas músicas foram formados não só por um homem e uma mulher, como também dois homens ou duas mulheres (DIÁRIO DE CAMPO, 17/06/18). As participantes dançaram mais na festa da atlética. Como esta ocorreu em um estacionamento, sendo um espaço grande e aberto, contudo ocupado por muitas pessoas, e praticamente sem espaços para sentar, as/os participantes circulavam e andavam por todo o local, desde o bar até os banheiros (DIÁRIO DE CAMPO, 19/08/18). Nas outras festas também não havia muitos espaços propriamente para sentar, mas se tratando de festas com menos pessoas, as/os participantes utilizavam de espaços como escadas e grama para descansar. Esses espaços foram usados, sobretudo, por participantes que passaram mal por consumo excessivo de álcool e/ou outras drogas. Essas pessoas, em geral, eram acompanhadas por outra(s) pessoa(s) (DIÁRIO DE CAMPO, 17/06; 28/07/18).

Em meio à intervenção, os organizadores perguntavam sobre as atividades, procurando saber se o local onde estava a cartilha era adequado e se as pessoas a observavam. Contudo, partindo da noção de discurso como “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 2009), percebemos que, ainda que os objetivos fossem apresentados de forma clara pela equipe e estivessem ligados a sentidos relacionados à prevenção, eram solicitadas ações de cunho repressivo, por parte dos organizadores, como, por exemplo, “vigiar” alguns homens já conhecidos por práticas de assédio e/ou outras situações de violência (DIÁRIO DE CAMPO, 19/08/18). Após as festas, a equipe realizava uma reunião devolutiva com os organizadores, com o objetivo de pensar, em conjunto, as intervenções e seus possíveis efeitos, momento em que os objetivos do projeto eram retomados.

Partindo dessa descrição e análise das intervenções, podemos dizer que o corpo da mulher no cenário das festas universitárias produz-se em torno dos sentidos de um corpo objeto de desejo, o que se materializa através da adequação a um certo padrão de feminilidade composto pelos modos de se vestir, dançar e até consumir bebidas e outras substâncias. Contudo, há um deslizamento de sentidos quando esse corpo, ao consumir bebida em excesso, por exemplo, sai do lugar de corpo objeto de desejo para corpo que deve ser excluído do espaço da festa. Existe um sentido dado – pré-construído – de que um corpo bêbado é aceito e até esperado (como se pode pensar levando em conta o formato das festas – *open bar*), mas dentro de alguns limites. Por exemplo, vomitar, cair ou fazer qualquer outra coisa que transborde os limites de sentido de um corpo “sensual” já coloca esse corpo em um outro regime discursivo e de desejo por parte dos homens.

Assim, podemos fazer referência à noção de corpo público, uma vez que se trata de um corpo que ocupa o espaço público e, nesse sentido, precisa seguir regras pertinentes a esse espaço, como, por exemplo, não fumar nos espaços fechados. Obviamente esses aspectos também se aplicam a homens, mas há diferença em relação ao corpo feminino, tendo em vista pré-construído ancorado em uma história de dominação e regulamentação dos corpos. Assim, o corpo feminino acaba por ser compreendido como um objeto de domínio público no cenário das festas. Isso pode ser observado por meio de uma música cantada por uma outra atlética em uma das festas (DIÁRIO DE CAMPO, 19/08/18) que trazia o seguinte trecho: “taca cachaça nela”<sup>3</sup>. Trata-se de uma música que coloca o corpo da mulher como objeto de domínio e uso dos homens, na cena festa universitária. Outros sentidos são possíveis quando passamos a considerar o agrupamento dos corpos no cenário festas a partir da ideia de corpo político, conforme discutiremos a seguir.

### **Corpo-político rolezeiras & pesquisadoras na cena festa**

Um outro momento desta análise pretende trazer os efeitos do corpo da equipe de intervenção do Projeto Redução de Danos. Trata-se de um corpo plural, corpo-político, que, ao se colocar no espaço das festas, produz sempre efeitos diversos, desde receptividade, até resistência ou ainda outras formas de negação da presença da equipe nesse cenário. Somos interventoras, mas também mulheres-estudantes e mulheres-professoras que frequentam festas universitárias. Entendemos esse corpo-político e plural nos moldes da noção de assembleia apresentada por Butler (2018), uma vez que era organizado a partir de alguns elementos materiais que identificavam essa equipe: camiseta do projeto, agrupamento e circulação com materiais de intervenção.

O lugar de interventoras e, ao mesmo tempo, parte da cena festa nos coloca diante de posições ético-políticas na pesquisa: em primeiro lugar partimos do pressuposto de que a materialidade dos nossos corpos é efeito de relações de poder que colocam em funcionamento regras regulatórias e de governo que distribuem de forma desigual o direito a uma vida digna, bem como o direito a uma morte passível de luto (BUTLER, 2018). Portanto, o modo como vivemos, respiramos e circulamos nos espaços públicos está intrinsecamente ligado às dinâmicas neoliberais, conservadoras, sexistas e racistas que atravessam e produzem efeitos em nossas corporeidades. Em segundo lugar, entendemos que a forma como as mulheres assumem, se apropriam ou adotam uma norma corporal na festa não envolve necessariamente um processo de submissão, mas, sim, uma trajetória reiterativa de um discurso em que o “eu falante” é resultado das formas e processos de “assumir” um sexo (BUTLER, 2019). Em terceiro lugar, entendemos que pesquisadoras e interventoras produzem um efeito assembleia na festa, justamente quando esses lugares, mesmo distintos, criam alianças provisórias, colocando em jogo os processos de pactuação sexista e racista que naturalizam e legitimam a violência contra mulher. E aqui estamos falando de todas nós em nós, ou seja, estudantes, pesquisadoras, interventoras e professoras.

O enunciado de uma música cantada por um integrante de uma atlética em uma das festas nos ajuda a pensar os efeitos desse corpo plural presente nesse espaço. Após cantar “taca cachaça nela”<sup>3</sup>, tendo em vista a presença da equipe do projeto Redução de Danos, um dos integrantes da atlética fez uma ressalva: “mas só se ela quiser” (DIÁRIO DE CAMPO, 19/08/18). Sabemos que um discurso só se dá em função de suas condições de produção, de modo que podemos articular a

possibilidade de dizer um enunciado como “taca cachaça nela”, relacionado a uma perspectiva ideológica de dominação das mulheres, de base patriarcal, e de domínio do corpo da mulher no campo público. Contudo, ao se trazer um enunciado como esse numa festa realizada neste período histórico, no contexto universitário e com a presença da equipe de um projeto que se propõe a discutir a violência contra a mulher, a ressalva trazida pelo integrante da atlética sinaliza algum deslizamento das evidências de sentido, que não necessariamente significam mudança de atitude ou posição, mas minimamente há a compreensão do que é possível dizer em determinados contextos.

Mesmo se tratando de eventos organizados por uma mesma categoria (estudantes), os corpos aparecem produzindo uma multiplicidade de sentidos, que passam por discursos de domínio e uso do corpo da mulher e consumo excessivo de bebidas alcoólicas, contudo, também, há a subversão de estereótipos de gênero e práticas que se aproximam de um autocuidado e cuidado coletivo. Entre essas últimas, na linha da redução de danos, podemos apontar a disponibilização de água e refrigerante, lugares para descansar, e entrada e saída das festas em grupo.

As festas universitárias congregam todos estes sentidos que dela se produzem, desde a liberdade dos corpos para fazerem o que bem entenderem, aos produtores das festas pensando em práticas na perspectiva da Redução de Danos, até o deslizamento de sentidos levando em conta as discussões sobre a violência contra mulher. O corpo, na cena festa, é instaurado nestes discursos, performando-se. A performance não se dá apenas no âmbito da fala, mas pela dança, pelas roupas, pelos movimentos: “tanto a ação quanto o gesto significam e falam, tanto como ação quanto como reivindicação” (BUTLER, 2018, p. 92). Como Butler (2018) coloca: “...quando corpos se juntam na rua, na praça, ou em outras formas de espaço público [...], eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político” (p. 17).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a analisar discursivamente o corpo da mulher no cenário das festas universitárias, tomando como eixo teórico teorias de gênero e discursivas. Para isso, partimos das intervenções realizadas durante o projeto de extensão “Combate à violência e Redução de Danos: autonomia e dimensão pública-política do corpo da mulher no cenário acadêmico”, procurando articular conceitualmente as noções de corpo público e político a partir das discussões de gênero, a fim de compreender como o corpo feminino se discursiviza no cenário das festas universitárias.

Partimos de uma visão histórica que coloca o corpo da mulher vinculado ao espaço privado – pré-construído discursivo em torno do feminino – passando ao deslocamento do corpo da mulher para o espaço público. Esse deslocamento, como vimos, produz vários efeitos de sentido: ocupação do espaço público pelas mulheres, mas a partir de uma performance de feminilidade, seguindo normas de uma sociedade patriarcal, ou seja, um conjunto de comportamentos organizados para agradar ao homem e manter sua virilidade (BEAUVOUIR, 1960). Contudo, as análises permitem observar deslocamentos relacionados à ocupação do espaço público pelo corpo feminino que colocam em cena outro modo de ser mulher

nesse espaço, como já afirmou Butler (2018). Essa ocupação do espaço público de um modo diferente pode produzir muitos efeitos, que vão desde a intervenção, como discutimos a partir da noção de assembleia, até a violência. Assim, os dados desta pesquisa compreendem o corpo da mulher como inserido em uma discursividade que permite deslocamentos, mas ainda está bastante condicionada a um modo de significar o corpo feminino a partir de padrões de feminilidade construídos por meio de uma relação desigual entre homens e mulheres.

Cabe, ainda, destacar a importância de se realizar uma pesquisa que se articula a um projeto de extensão, tendo em vista que se tratou de um processo construído coletivamente, em que as estratégias de ação eram pensadas, articuladas às discussões teóricas e puderam ser analisadas, finalmente, por meio da produção científica. Olhar para a prática de um grupo de mulheres que se propôs a pensar estratégias de prevenção em relação à violência contra as mulheres que ocorre dentro do ambiente acadêmico promove não só o andamento da ciência, enquanto produção de conhecimento e parte da formação das pesquisadoras e interventoras, mas, principalmente, coloca-se como reconhecimento e visibilidade em relação a questões inerentes ao ambiente universitário e que, por vezes, são excluídas das discussões que se apresentam nesse ambiente.

## “Rolezeiras”: a discursive analysis of the public-political dimension of the woman's body in the scenario of university parties

### ABSTRACT

Although universities have recently been significant as a place of “trouble”, another possible meaning is a critic and safe place. However, there are reports of several types of violence that occurred in this environment. Based on this premise, it was developed an extension project entitled *“Combate à violência e Redução de Danos: autonomia e dimensão pública-política do corpo da mulher no cenário acadêmico”* [Combating violence and Harm Reduction: autonomy and the public-political dimension of the woman's body in the academic scenario], which promoted interventions at university parties. Through participant observation and field diary, the interventions were assumed as the object of analysis, in order to understand the effects that were produced. Thus, the purpose was to analyze the discursivization of the woman's body in the scenario of university parties (PÊCHEUX, 2008, 2009, 2014). The analysis are based on the notions of public and political bodies (BUTLER, 2017; BEAUVOIR, 1960) and bring as result the effect of the presence of the female body at parties: a body marked by the possibility of violence, but also of resistance, subverting the logic enforced by the patriarchy.

**KEYWORDS:** Public body. Political body. University parties. Discursive analysis.

# “Rolezeiras”: un análisis discursivo de la dimensión pública-política del cuerpo de la mujer en el escenario de las fiestas universitarias.

## RESUMEN

Aunque las universidades han sido señaladas como un lugar de “baderna”, otro sentido posible es de un lugar crítico y de seguridad. Pero, ha sido denunciado por varios tipos de violencia ocurridas en este entorno. A partir de esa premisa fue desarrollado un proyecto de extensión: “*Combate à violência e Redução de Danos: autonomia e dimensão pública-política do corpo da mulher no cenário acadêmico*” [Combate a la violencia y Reducción de Daños: autonomía y dimensión público-política del cuerpo de la mujer en el escenario académico], que promovió intervenciones en fiestas universitarias. A través de la observación participante y diario de campo, estas intervenciones fueron tomadas con el objetivo de los estudios, con el fin de comprender los efectos producidos a partir de las intervenciones. Objetivó el análisis de como el cuerpo de la mujer en el escenario en estas fiestas se ha convertido en discurso. Las pesquisas parten de las nociones del cuerpo público-político (BUTLER, 2017; BEAUVOIR, 1960), y traen como resultado el efecto de la presencia del cuerpo femenino en las fiestas: Cuerpo señalado por la posibilidad de la violencia, pero, igual que de la resistencia, subvirtiendo la lógica imposta por el patriarcado.

**PALABRAS CLAVE:** Cuerpo público. Cuerpo político. Fiestas universitarias. Análisis del discurso.

## NOTAS

- 1 “Eu parado no bailão”, MC L da Vinte e MC Gury. Youtube. Acesso em: 24.mar.2019.
- 2 Informação disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/celina/nao-nao-campanha-contra-assedio-nos-blocos-chegara-cinco-novos-estados-neste-carnaval-24176194>>. Acesso em 15.jun.2020.
- 3 Trecho de um grito de guerra de uma das atléticas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Violência contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, Cristina et al (Org.) **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017, p. 384 – 399.
- AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 65-83.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2005.
- BRASIL, Ministério da Saúde **PORTARIA Nº 1.028, DE 1º DE JULHO DE 2005**. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028\\_01\\_07\\_2005.html#:~:text=2%C2%BA%20Definir%20que%20a%20redu%C3%A7%C3%A3o,como%20objetivo%20reduzir%20os%20riscos](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html#:~:text=2%C2%BA%20Definir%20que%20a%20redu%C3%A7%C3%A3o,como%20objetivo%20reduzir%20os%20riscos)>. Acesso em 17 jun de 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade**. Col. Sujeito & História, 8ª Ed., 2015.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro:



Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. Trad. Verônica Damielli e Daniel Yago Façoli. São Paulo: N-1 edições, 2019.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no contexto universitário**. 2015. Disponível em: <[http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon\\_V9\\_FINAL\\_Bx2\\_0151.pdf](http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx2_0151.pdf)>. Acesso em: 23 fev de 2018.

MAITO, Deise Camargo. et al. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 23, 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832019000100406&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100406&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 16 jun de 2020. Epub Oct 17, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/interface.180653>.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em 18 abr de 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio [1975]. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento [1983]. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas [1983]. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 307-315.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática de Discurso- AAD 69 [1969]. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad, Bethânia S. Mariani et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 59-158.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Rolezinhos: Marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista de Estudos Culturais**. São Paulo, n.1, s/p, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98372/97108>>. Acesso em: 18 mar de 2018.

PORTO, Madge. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, Cristina et al (Org.) **Mulheres e violências**: interseccionalidades. Brasília, DF: Technopolitik, 2017, p. 400 – 411.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

**Recebido:** 30/04/2020.

**Aprovado:** 06/07/2020.

**DOI:** 10.3895/cgt.v14n43.12151.

**Como citar:** GEUS, Julia Martins de; SANTOS, Katia Alexandra dos; FEOLA, Fernanda Ribeiro; SILVA, Paula Marques da. “Rolezeiras”: uma análise discursiva da dimensão pública-política do corpo da mulher no cenário das festas universitárias. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 350-367, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Julia Beatriz Martins de Geus

Rua José Freitas dos Santos, número 325, Bairro Engenheiro Gutierrez, Irati, Paraná, Brasil.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

